

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3060560320210505175728

Processo 0816671-24.2020.8.23.0010 ☆ -  
(310 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 436 - Procedimento do Juizado Especial Cível  
Assunto Principal: 5953 - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar  
Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro  
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiên

Ocultar  
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem  
Arquivo

☐ Hab.  
Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

50 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 50

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado P
<input type="checkbox"/>	50	05/05/2021 17:57:28	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
			JOÃO ALVES BARBOS. Procurador
	50.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2733154MANIFESTACAOSOBREDOCS01.pdf
			Público
<input type="checkbox"/>	49	12/04/2021 16:18:29	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
			LEANDRO HERING GC Advogado
	48	08/04/2021 17:49:14	ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO
		Responsável: EUCLYDES CALIL FILHO	André Ferreira de Lim: Analista Judiciário
	47	18/03/2021 21:58:20	CONCLUSOS PARA DECISÃO
		Responsável: EDUARDO ALVARES DE CARVALHO	Márcia Andrea de Sou Santos Analista Judiciária
	46	09/02/2021 00:04:07	DECORRIDO PRAZO DE ESTADO DE RORAIMA (P/ advgs. de ESTADO DE RORAIMA *Referente ao evento (seq. 33) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/01 /2021) e ao evento de expedição seq. 36. DECORRIDO PRAZO DE DETRAN/PP - DEPARTAMENTO
			SISTEMA CNJ



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

Processo n.º 08166712420208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO ANDRE BERTUOL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer que seja desconsiderada a petição de provas encaminhada eis que o presente processo não trata de INVALIDEZ em decorrência de acidente de trânsito, razão pela qual não há necessidade de perícia médica.

Oportunamente vem a Ré ressaltar, conforme já apontado na peça de defesa, sobre a **ILEGITIMIDADE DA SEGURADORA LÍDER DPVAT COMPETÊNCIA PARA ARRECADAÇÃO, LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS e BAIXA DO GRAVAME.**

Conforme legislação pertinente (Resolução CNSP nº 273/2012 – art. 4º, §1º (a qual revogou a Resolução CNSP nº 154/2006); Resolução CNSP nº 274/2012, bem como Código de Trânsito Brasileiro, arts. 22, incisos, I e III, 120, 130, 131, §2º), os procedimentos relacionados à arrecadação do IPVA, encargos, licenciamento, bem como baixa de gravames, são de responsabilidade dos DETRAN's.

O veículo somente será considerado licenciado, estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos (dentre os quais o prêmio do seguro obrigatório), e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. O licenciamento anual é de competência do órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

A Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. tem autorização legal apenas para a gestão da parcela da arrecadação dos valores que lhes são repassados. O próprio Poder Público, através dos Departamentos Estaduais de Transito (DETRAN's), que se encarrega de cobrar dos proprietários dos veículos, o prêmio do seguro obrigatório e que posteriormente é repassado ao consórcio de Seguradoras, nos moldes da Resolução CNSP nº 273/2012, art.4º, §1º e Resolução CNSP nº 274/2012.

Assim sendo, os procedimentos relacionados à arrecadação, dentre os quais se enquadra a emissão do documento do veículo - CRLV (certificado de licenciamento do veículo), baixa de gravame, restituição de valores pagos são de inteira responsabilidade dos DETRAN's.

Deste modo, o pedido de inexigibilidade de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT em questão, deve ser solicitada ao DETRAN.

Ante o exposto, deve o processo ser extinto sem julgamento do mérito nos exatos termos do art.337, inciso XII do CPC combinado com o art. 485, inciso VI do CPC, face a ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM da Ré.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 3 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**